

**Parecer nº 74/97**

Data: 1997.07.24

Processo nº 224

**Requerente:** Francisco Ortega Carrasqueiras

1. Francisco Ortega Carrasqueiras, identificado nos autos, solicitou à CADA, ao abrigo da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – LADA, parecer favorável para aceder a relatórios médicos de exame de sanidade de Carlos Manuel Monteiro Rebelo, com baixa no IPO.

Actuando na qualidade de oficial de justiça do Centro de Instrução de Operações Especiais, declara que pretende ter acesso a esses documentos para instruir processo de averiguações de doença.

2. A CADA tem manifestado, sem excepções, ser seu entendimento que documentos como os ora solicitados têm a natureza de documentos nominativos, por conterem dados protegidos pela reserva de intimidade da vida privada. Nos termos do artigo 4º, nº1, alíneas b) e c), da LADA, são considerados documentos nominativos "quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais" e dados pessoais as "informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada".

Quando não sejam usados no âmbito do funcionamento da Administração Pública, tais documentos só podem ser facultados a quem seja titular dos dados ou a terceiros que demonstrem interesse pessoal e directo, em concreto reconhecidos pela CADA, através de parecer favorável ao acesso. As informações devem ser comunicadas através de médico designado pelo interessado (artigo 8º da LADA).

Quando aconteça, porém, que o uso pretendido se insira na realização de finalidades próprias da Administração Pública, a comunicação resulta do cumprimento de deveres de cooperação institucional e rege-se por normas distintas. Pode não caber, por exemplo, a entrega através de médico, configurada na Lei nº 65/93 como meio de prevenção de emoções e choques de sensibilidade que não são susceptíveis de ocorrer na pessoa do requerente no caso vertente.

O requerente não tem manifestamente nenhum interesse pessoal e directo no acesso aos dados pessoais contidos nos documentos em causa. Carece de usá-los estrita e exclusivamente para cumprimento de deveres funcionais.

No procedimento a adoptar para esse efeito não cabe qualquer intervenção da CADA, que só pode agir nos casos tipificados pela lei.

No caso vertente, o IPO, através do ofício nº 1198, de 21 de Março de 1997, comunicou ao requerente que considera imprescindível parecer prévio da CADA, nos termos do artigo 8º da Lei nº 65/93.

Porém, dadas as finalidades e os efeitos mencionados no requerimento, a CADA não tem competência para dar parecer sobre o pedido de acesso formulado pelo requerente.

E não cabe à CADA, nesta sede, nem opinar sobre o quadro legal aplicável às relações entre as estruturas disciplinares das Forças Armadas e serviços de saúde como o IPO, quando se trate de assegurar fins de interesse público como o ora em causa, nem sobre o que fazer para assegurar que tal cooperação seja efectiva, atempada e eficaz e não assente em pressupostos inexactos, ineficazes e geradores de mora.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

*José Magalhães* (Relator) – *João Figueiredo* – *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* – *João Labescat* – (Tem voto de conformidade do vogal Dr. Fernando Condesso que não assina por já não se encontrar presente) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)